

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXI • Nº 429 • Brasília-DF • Outubro 2020



Indígenas Tikuna e Kambeba denunciam ameaças, invasões e tentativas de despejo

Página 7

Com suspensão de barreiras sanitárias, covid-19 faz vítimas entre os Sateré-Mawé

Página 11

Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil

Durante o primeiro ano do governo Jair Bolsonaro, se destaca o intenso esbulho de terras indígenas forjado na invasão, na grilagem e no loteamento ilegal. A prática tem se consolidado de forma rápida e agressiva em todo o território nacional, causando uma destruição inestimável e o desterro de populações indígenas

Páginas 2, 3, 4, 5, 8, 9 e 10

Relatório Violência Contra os Povos Indígenas traz o que o governo pretende esconder

O acesso às informações e dados dos ministérios, secretarias e organismos do Poder Executivo vem sendo dificultado pelo governo Jair Bolsonaro. Há casos em que simplesmente as informações são retiradas de meios onde antes bastavam poucos cliques para se conseguir mapas, estatísticas, levantamentos, prestações de contas.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) são exemplos de organismos federais em que a censura e a ocultação de dados foram estabelecidas. As reclamações e denúncias partem das mais variadas organizações da sociedade civil e imprensa.

Uma das maneiras encontradas para driblar o governo, que tenta cercear a população das informações que não o favorece, é a Lei de Acesso à Informação. O projeto Achados e Pedidos, da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em parceria com a Transparência Brasil, sistematiza esses pedidos em um banco acessível a qualquer pessoa.

Não que seja uma surpresa, mas o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) está entre as organizações que mais fazem uso da Lei de Acesso à Informação. O motivo também não surpreende: o governo federal tenta esconder os dados que anualmente a entidade organiza no Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil.

Neste que é um documento único no país, editado desde a década de 1980, o Cimi traz em números e análises o resultado da política indigenista estatal nas 19 categorias estabelecidas pelo relatório. Os dados mostram, por exemplo, o aumento de invasões a terras indígenas, incêndios, assassinatos, suicídios e mortalidade infantil.

Podemos dizer que o governo Bolsonaro, iniciado no ano analisado pelo relatório recém lançado pelo Cimi, impulsionou violências e a desassistência de saúde que agora o próprio governo tenta ocultar. O ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, afirmou que ONGs usam as informações para prejudicar o Brasil no exterior.

Isso porque o Relatório Violências Contras os Povos Indígenas chega cada vez mais, ano após ano, nas mãos de organismos internacionais, sobretudo a Organização das Nações Unidas (ONU). De fora do Brasil vem a pressão que internamente os integrantes do atual governo desdenham ou tratam com a estupidez habitual.

O Cimi e o seu relatório trazem aquilo que o governo tenta desesperadamente conter: a prova dos crimes pelos quais o atual presidente da República um dia deverá ser responsabilizado formalmente pelo Tribunal Internacional de Justiça, como assim se espera.

Porantinadas

Os incêndios não passam de “fogueirinha”

O ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, citou “uma fogueirinha” ontem ao falar sobre queimadas durante uma viagem à Amazônia, em entrevista à Rede Amazônica, afiliada da TV Globo. Ele sobrevoou o local com embaixadores estrangeiros e disse que a situação é retirada de contexto, com a impressão de que “a Amazônia está em chamadas”, afirmando que se a situação fosse tão ruim ia “chegar fumaça lá em Londres, em Paris”.

Pantanal: a “fogueirinha” devastadora

Faltando ainda três meses para o fim de 2020, o número de queimadas no bioma já é o maior dos últimos 22 anos, com 18.259 focos, ultrapassando o recorde registrado ao longo de 2005 (12.536). Em relação a 2019, houve um salto de 201% nas queimadas registradas nos primeiros nove meses do ano. Os dados são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Como em diversos outros assuntos, o atual governo reage com chacota: agora foi a “fogueirinha”, antes teve a “gripezinha” que já matou mais de 160 milhões de pessoas.

Um projeto de governo

A “fogueirinha” é um projeto bem traçado de governo: deixar as florestas queimarem para grilar, abrir pastos, fazer mineração, plantar monocultivos. O orçamento liberado para fiscalização do desmatamento no ano de 2019 foi de 102 milhões de reais e ainda sofreu um bloqueio de 15,6 milhões. Neste ano de 2020, o recurso foi ainda menor: conforme o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA), aprovado, foram previstos 76,8 milhões para as ações de controle e fiscalização ambiental do Ibama. Isso significa ter 25,2 milhões de reais a menos!

CANDIDATURAS INDÍGENAS



Um testemunho sobre o Relatório Violência Contrás os Povos Indígenas no Brasil - Dados 2019

Por **Roberto Liebgott**, coordenador do Cimi Regional Sul

Nós, que trabalhamos com comunidades indígenas e acompanhamos suas lutas, seus sofrimentos e suas cotidianas e contínuas formas de resistência, sentimos o coração esfaçalhado ao lidar com o volume de dados e com as crescentes formas de agressão praticadas contra eles. Não sistematizamos e organizamos números, e sim informações sobre vidas, sobre pessoas e coletividades com histórias, a quem um Estado negligente e, por vezes, conivente, impinge tamanha dor, angústia, sofrimento e morte.

Quando avaliamos os dados, vemos neles os sujeitos que têm suas terras devastadas pelas chamas do fogo provocado por invasores sedentos pelo lucro farto e fácil; vemos as faces de desespero daquelas comunidades que entendem a dimensão destruidora dos incêndios e o desequilíbrio provocado quando o meio ambiente – com suas diversificadas formas de vida e de seres – é reduzido a cinzas. Os dados sobre incêndios criminosos mostram faces de povos da Amazônia (Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Maranhão, Roraima, Rondônia, Mato Grosso) povos do Cerrado (Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Mato Grosso do Sul, Bahia), povos do Pantanal (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) que tiveram suas terras e vidas devastadas.

Quando avaliamos os dados deste relatório – em seu conjunto – vemos famílias obrigadas a migrar de um lugar para outro, porque a terra está sendo escavada e aniquilada pela ação de milhares de garimpeiros que, além dos riscos a que submetem as comunidades Yanomami, Munduruku, Makuxi, Surui, por exemplo, contaminam o ar, as águas e comprometem a qualidade de vida.

Quando avaliamos os dados, sentimos, com os Karipuna de Rondônia, a dor ao ouvir, de suas aldeias, o ronco das motosserras, metáforas de destruição de uma natureza sagrada para os povos que nela habitam. São vidas ameaçadas de morte pelos grileiros e loteadores de terras que estão nos registros deste relatório. Sentimos, com os Guajajara, a dor de ver assassinado Paulinho Paulino, um dos Guardiões da Floresta, no Maranhão.

Ao analisarmos os dados, não é possível conter a emoção diante do sofrimento de tantas comunidades ameaçadas, pensamos na angústia das noites mal dormidas pelo medo de ataques e dos disparos de armas de fogo. Lembramos dos Mbya Guarani da Ponta do Arado e de Terra de Areia, no Rio Grande do Sul, que foram agredidos diversas vezes por homens armados durante as noites e as madrugadas. Lembramos, ainda, dos Guajajara, Apurinã, Kayapó, Kanamari, Mayoruna, Korubo, Tupinambá, Pataxó, Ava Guarani, Mbya Guarani, Terena, Kaingang e tantos outros povos, vítimas de ameaças cotidianas. Os dados contêm histórias das feridas nos corpos agredidos, do choro sentido e silencioso de pessoas que resistem e defendem os últimos redutos de natureza preservada.

Quando olhamos o conjunto de todos os dados, observamos que há neles uma ação de governo premeditada e planejada para o extermínio, que se implementa pelo incentivo à invasão e ao desrespeito aos direitos constitucionais indígenas. Não vemos apenas percentuais de áreas desmatadas, mas vidas existentes sob o risco de destruição, vemos as centenárias árvores sendo abatidas e, com elas, inúmeros seres.



Índigena durante protesto em Brasília: 2019 marca o aumento significativo das violências e invasões às terras indígenas e ataque aos direitos constitucionais

Quando avaliamos os dados, sentimos, com os Karipuna de Rondônia, a dor ao ouvir, de suas aldeias, o ronco das motosserras, metáforas de destruição de uma natureza sagrada para os povos que nela habitam

Quando analisamos os dados, vemos a angústia daqueles que perderam as terras para invasores e, apesar das denúncias e reivindicações constantes, o poder público nada fez ou fará para ampara-los. Ao contrário, os deixa às margens de rodovias ou em áreas degradadas, submetidos ao calor escaldante ou ao frio que torna a vida insuportável. Vemos a dor dos Guarani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul, dos Kaingang, Mbya e Ava Guarani, no Sul do Brasil.

Nos dados, vemos centenas de famílias indígenas sem terras, vivendo nas periferias de cidades ou em margens de rodovias. E, nesses lugares, quando existe alimentação, ela provém do esforço das próprias comunidades e ou de doações feitas por pessoas ou organizações da sociedade civil. Os dados retratam rostos de crianças subnutridas, porque não há alimentação adequada, uma vez que estão alijados do direito à terra e o Estado brasileiro, que deveria proteger suas vidas, suspendeu até mesmo as poucas cestas básicas que lhes seriam destinadas. Quando analisamos os dados, enxergamos neles centenas de famílias Mbya, Ava, Kaiowá Guarani e Kaingang e suas crianças com feridas ao redor da cabeça, dos olhos e orelhas, porque não têm acesso à água potável para beber, banhar-se e lavar as roupas.

Quando vemos os dados, enxergamos neles as mulheres que acolhem seus filhos com febre em seus

braços e sabem que não haverá tratamento médico, porque as equipes de saúde passam por lá de forma esporádica e o atendimento é paliativo. Sofremos com as comunidades indígenas de áreas remotas, em cidades e periferias ou em áreas degradadas que não recebem assistência adequada.

Quando olhamos os dados, neles estão a morte por suicídios provocados pela desesperança na vida, quando há a crença de que, nessa dimensão, só existe sofrimento, desespero e morte e, assim, parece não haver saída. Vemos também a precarização crescente dos ambientes que asseguram a um povo a coesão, a esperança e a força para viver.

Quando vemos os dados lá estão o Estado e suas estruturas inócuas, omissas e negligentes que geram inseguranças e incertezas. Vemos ações que visam a desconstitucionalização dos direitos, em especial o da demarcação e garantia das terras indígenas. Vemos, ainda, servidores públicos exonerados por cumprirem seu dever de fiscalizar e promover a proteção dos territórios.

Quando vemos os dados, lá estão os ruralistas, os madeireiros, as mineradoras e garimpeiros pressionando para que os direitos indígenas sejam suprimidos da nossa Lei Maior. Eles não medem esforços no sentido de forjar teses jurídicas, como a do marco temporal, e, com elas, pôr um fim às demarcações de terras no Brasil.

Os dados, em síntese, dão conta da existência programada da desconstitucionalização dos direitos, da desterritorialização dos povos e da tentativa de integração dos indígenas à sociedade majoritária. Os dados são reveladores de uma ação genocida do governo federal em curso.

Seguimos, na luta e na esperança, ao lado dos povos originários, das comunidades tradicionais, dos quilombola, e de todos os setores engajados na luta pela defesa dos direitos humanos, construindo caminhos do Bem Viver. ♦

Em 2019, terras indígenas foram invadidas de modo ostensivo de norte a sul do Brasil

Sumário Executivo do Relatório Violência
Contra os Povos Indígenas no Brasil

O Relatório *Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2019*, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), reitera o retrato de uma realidade extremamente perversa e preocupante do Brasil indígena no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro na Presidência do país. **A intensificação das expropriações de terras indígenas, forçadas na invasão, na grilagem e no loteamento, consolida-se de forma rápida e agressiva em todo o território nacional, causando uma destruição inestimável.**

Para além de materializar o reconhecimento de um direito originário, as terras indígenas são, comprovadamente, as áreas que mais protegem as matas e os seus ricos ecossistemas. Historicamente, a presença dos povos dentro de seus territórios faz com que eles funcionem como verdadeiras barreiras ao avanço do desmatamento e de outros processos de espoliação. No entanto, **os dados de 2019 revelam que os povos e seus territórios tradicionais estão sendo, explicitamente, usurpados.**

A “explosão” de incêndios criminosos que devastaram a Amazônia e o Cerrado em 2019, com ampla repercussão internacional, deve ser inserida nessa perspectiva mais ampla de esbulho dos territórios indígenas. Muitas vezes, **as queimadas são parte essencial de um esquema criminoso de grilagem, em que a “limpeza” de extensas áreas de mata é feita para possibilitar a implantação de empreendimentos agropecuários**, por exemplo. De modo resumido, assim funciona esta cadeia: os invasores desmatam, vendem as madeiras, tocam fogo na mata, iniciam as pastagens, cercam a área e, finalmente, com a área “limpa”, colocam gado e, posteriormente, plantam soja ou milho.

Infelizmente, as violências praticadas contra os povos indígenas fundamentam-se em um projeto de governo que pretende disponibilizar suas terras e os bens comuns nelas contidos aos empresários do agronegócio, da mineração e das madeiras, dentre outros.

O Relatório aponta que, **em 2019, houve o aumento de casos em 16 das 19 categorias** de violência sistematizadas pela publicação. Chama especial atenção a intensificação de registros na categoria “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” que, de 109 casos registrados em 2018, saltou para 256 casos em 2019.

Afinados com a realidade, esses dados explicitam uma tragédia sem precedentes no país: **as terras indígenas**



Operação de combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto (AM)

estão sendo invadidas de modo ostensivo e pulverizado de Norte a Sul. Em alguns episódios descritos no Relatório, os próprios invasores mencionavam o nome do presidente da República, evidenciando que suas ações criminosas são incentivadas por aquele que deveria cumprir sua obrigação constitucional de proteger os territórios indígenas, patrimônio da União.

Também é lamentável notar que **o aumento de casos quase dobrou, em comparação com 2018, em outras 5 categorias**, para além de “invasões/exploração ilegal/danos”. É o que pode se constatar em: “**conflitos territoriais**”, que passou de **11 para 35 casos** em 2019; “ameaça de morte”, que passou de 8 para 33; “ameaças várias”, que foi de 14 para 34 casos; lesões corporais dolosas”, que quase triplicou o número de registros, de 5 para 13; e “mortes por desassistência”, que de um total de 11, em 2018, foi para 31 casos, em 2019.

O Relatório aponta que, em 2019, houve o aumento de casos em 16 das 19 categorias de violência sistematizadas pela publicação

Violência contra o Patrimônio

Em relação aos três tipos de “Violência contra o Patrimônio”, que formam o primeiro capítulo do Relatório, foram registrados os seguintes dados: omissão e morosidade na regularização de terras (**829 casos**); conflitos relativos a direitos territoriais (**35 casos**); e **invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio (256 casos registrados)**; totalizando o registro de **1.120 casos de violências contra o patrimônio** dos povos indígenas em 2019.

Cabe ressaltar que **das 1.298 terras indígenas no Brasil, 829 (63%) apresentam alguma pendência** do Estado para a finalização do seu processo demarcatório e o registro como território tradicional indígena na Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Destas 829, **um total de 536 terras (64%) não teve ainda nenhuma providência adotada pelo Estado.**

Além de ter cumprido sua promessa de não demarcar um centímetro de terra indígena, **o governo Bolsonaro, através do Ministério da Justiça, devolveu 27 processos de demarcação à Fundação Nacional do Índio (Funai)**, no primeiro semestre de 2019, para que fossem revistos. Esta ação, certamente, implica em maiores obstáculos, senão no próprio impedimento, ao cumprimento dos direitos constitucionais dos indígenas que reivindicam seus territórios ancestrais.

Como já mencionado, em 2019 houve o registro de **256 casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio”** em pelo menos **151 terras indígenas, de 143 povos, em 23 estados.** Confirmando antecipação feita pelo Cimi, em setembro do ano passado, por ocasião do lançamento do seu relatório anterior, esses dados revelam uma realidade extremamente preocupante: somente no ano passado houve **um aumento de 134,9% dos casos relacionados às invasões** em comparação com os registrados em 2018. Isso representa **mais que o dobro** dos 109 casos registrados em 2018.

Uma análise mais minuciosa das fichas descritivas de cada um destes 256 casos revela que na maioria das situações de invasão/exploração/dano **houve o registro de mais de um tipo de dano/conflito, totalizando 544 ocorrências.** Desse modo, é possível verificar um



Terra Indígena Urubu Branco, do povo Tapirapé, no Tocantins, teve dezenas de hectares devorados pelo fogo

Foto: Povo Tapirapé

Foto: Vinicius Mendonça/Ibama

Foto: Felipe Werneck/Ibama


Madeira ilegal apreendida na Terra Indígena Pirititi (RR)

Foto: Chico Batata


Terra Indígena Karipuna sofre com a ação de madeireiros e caçadores, além da grilagem de terras

desdobramento dos 256 casos consolidados de acordo com as seguintes motivações:

- 208 para invasão;
- 89 para exploração ilegal de madeira/desmatamento;
- 39 para garimpo e exploração mineral;
- 37 para fazendas agropecuárias (gado, soja e milho);
- 31 para incêndios;
- 31 para pesca predatória;
- 30 para grilagem/loteamento ilegal;
- 25 para caça predatória;
- 25 para empreendimentos de infraestrutura (rodovia, ferrovia, energia elétrica);
- 14 para exploração ilegal de recursos (areia, mármore, piçarra, palmito);
- 7 para contaminação da água e/ou de alimentos por agrotóxicos;
- 5 para empreendimentos turísticos;
- 3 para rota para tráfico de drogas;

Cabe ainda ressaltar que estes **256 casos incluíram 107 ocorrências de danos ao meio ambiente (77) e danos ao patrimônio (30)**, denunciados pelos povos indígenas em suas terras.

Violência Contra a Pessoa

Invariavelmente, as violências praticadas contra os indígenas e suas comunidades estão associadas à disputa pela terra. Em relação ao segundo capítulo “Violência contra a Pessoa”, foram registrados os seguintes dados em 2019: abuso de poder (13); ameaça de morte (33); ameaças várias (34); assassinatos (113); homicídio culposo (20); lesões corporais dolosas (13); racismo e discriminação étnico cultural (16); tentativa de assassinato (25); e violência sexual (10); totalizando o registro de 277 casos de violência praticadas contra a pessoa indígena em 2019. Este total de registros é maior que o dobro do total registrado em 2018, que foi de 110.

O total de 113 registros de indígenas assassinados em 2019, de acordo com dados oficiais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), é um pouco menor do que o total sistematizado em 2018, que foi de 135. **Os dois estados que tiveram o maior número de assassinatos registrados foram Mato Grosso do Sul (40) e Roraima (26)**. Impor-

tante ressaltar que os dados fornecidos pela Sesai sobre “óbitos resultados de agressões” não permitem análises mais aprofundadas, porque não apresentam informações sobre a faixa etária e o povo das vítimas, e nem as circunstâncias destes assassinatos. Eles ainda estão sujeitos à revisão, o que significa que a quantidade de casos pode ser maior.

Infelizmente, constata-se que em 2019 a população indígena do Mato Grosso do Sul (2ª maior do país) continuou sendo alvo de constantes e violentos ataques,



Foto: Douglas Freitas

Indígena do povo Huni Kui lamenta devastação causada por incêndio que atingiu o território tradicional

Das 1.298 terras indígenas no Brasil, 829 (63%) apresentam alguma pendência do Estado para a finalização do seu processo demarcatório e o registro como território tradicional indígena na Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Destas 829, um total de 536 terras (64%) não teve ainda nenhuma providência adotada pelo Estado

em que há até mesmo o registro de práticas de tortura, inclusive de crianças.

A enorme repercussão nacional e internacional do assassinato de Paulo Paulino Guajajara, a partir de uma emboscada feita por invasores na Terra Indígena Arariboia, no Maranhão, em novembro de 2019, expôs, mais uma vez, que a situação de tensão naquele estado atinge níveis alarmantes. Invasões e saqueados há décadas, os territórios tradicionais do Maranhão refletem uma realidade que se espalha e se agrava em todo o país.

Violência por Omissão do Poder Público

Houve um aumento de registros em todas as categorias deste terceiro capítulo, sendo que o total registrado de casos de “violência por omissão do poder público” foi de **267 casos**.

Com base na Lei de Acesso à Informação, o Cimi obteve da Sesai dados parciais de suicídio e mortalidade na infância indígena. **Foram registrados 133 suicídios em todo o país em 2019; 32 a mais que os casos registrados em 2018**. Os estados do Amazonas (59) e Mato Grosso do Sul (34) foram os que registraram as maiores quantidades de ocorrências.

Também houve aumento nos registros de “mortalidade na infância” (crianças de 0 a 5 anos), que saltaram de **591, em 2018, para 825 em 2019**. Chamam atenção os registros de **248 casos no Amazonas, 133 em Roraima e 100 no Mato Grosso**. Assim como os dados de assassinato, as informações da Sesai sobre os registros relativos a suicídio e mortalidade na infância são parciais e estão sujeitos a atualizações. Ou seja, estes dados podem vir a ser ainda mais graves.

Os registros nas outras categorias deste capítulo em 2019 foram: desassistência geral (65); desassistência na área de educação escolar indígena (66); desassistência na área de saúde (85); disseminação de bebida alcoólica e outras drogas (20); e morte por desassistência à saúde (31).

Para aprofundar a reflexão

Esta edição do Relatório do Cimi, que traz os dados de 2019, apresenta ainda artigos sobre temas específicos que estimulam a compreensão dessa complexa e violenta realidade enfrentada pelos indígenas em todo o Brasil, seja nas cidades seja nos territórios demarcados ou reivindicados. Dentre estes temas estão: as queimadas em terras indígenas; a importância do julgamento realizado pela Corte Interamericana sobre o caso do

povo Xukuru; a população encarcerada indígena no Brasil; uma análise orçamentária da política indigenista; reflexões sobre a prática de suicídio entre os indígenas; as atuais ameaças aos povos indígenas livres ou isolados; e, por último, uma análise sobre a utilização, feita pelo atual governo, de conceitos já superados para restringir os direitos indígenas.

Caci: 1.193 assassinatos mapeados

A plataforma Caci, mapa digital que reúne as informações sobre os assassinatos de indígenas no Brasil, foi atualizada com os dados sistematizados pelo novo Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil. A palavra Caci significa “dor” em Guarani e também serve

de sigla para Cartografia de Ataques Contra Indígenas. Com a inclusão dos dados de 2019, a plataforma agora abrange informações georreferenciadas sobre 1.193 assassinatos de indígenas, reunindo casos compilados desde 1985.



QR Code

Acesse na íntegra o relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados 2019 escaneando o código ao lado:

Indígenas acusados de furtar espigas de milho dizem que fazendeiro usa trabalho infantil

Por Mariana Franco Ramos, para o De Olho nos Ruralistas

O cacique Avá Guarani Crídio Medina, da aldeia Ywyraty Porã, localizada no município de Terra Roxa, no oeste do Paraná, foi preso na última quarta-feira (26) acusado de furtar espigas de milho de uma propriedade vizinha da comunidade. Segundo o irmão do cacique, Laucídio Medina, de 38 anos, ele dormiu duas noites na delegacia e foi liberado apenas por volta das 14 horas da sexta-feira.

O delegado de Palotina, Pedro Lucena, que também responde por Terra Roxa, conta que os policiais foram até o local, a 630 quilômetros de Curitiba, após uma denúncia de um agricultor, que trabalha para o fazendeiro José Gaspar Nogueira, dono da lavoura. “Os índios estavam furtando milho da roça”, diz. “Nós agimos dentro da lei”.

De acordo com Laucídio, porém, crianças apenas pegaram as espigas que restaram no solo, não acessadas pela colheitadeira. As dez sacas colhidas seriam usadas para preparar *avati ku’i* (farinha) e para fazer o *kanguí e rora*, bebida típica dos Guarani, que é produzida com milho maduro.

O proprietário chamou a polícia, que acusou Crídio de “acobertar o crime”. O cacique prestou depoimento, teve a prisão decretada e foi liberado dois dias depois mediante autorização do juiz, em audiência de custódia. Para líderes que atuam na região, houve crime sim, mas de racismo.

“Isso é um absurdo, não justifica a prisão de uma pessoa”, opina Osmarina Oliveira, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Sul. “A impressão é que se trata de perseguição”. Em nota, a organização também classificou a ação como um ato de crueldade, preconceito e abuso de autoridade.



O cacique Crídio Avá Guarani durante protestos em Brasília para a garantia de seus direitos

As dez sacas colhidas seriam usadas para preparar *avati ku’i* (farinha) e para fazer o *kanguí e rora*, bebida típica dos Guarani, que é produzida com milho maduro

Morador da *tekoa* (aldeia, em guarani) há nove anos, Laucídio conta que sempre houve perseguição. “Muitas vezes o ruralista vem passar veneno aqui nas terras”, diz. “Ele já entrou aqui e falou um monte de coisas para nós”, acrescenta, em referência a Gaspar Nogueira.

Crianças exploradas como mão de obra

Conforme o irmão do cacique, o próprio fazendeiro tem o costume de pagar crianças e mulheres para que colham o excedente da produção. “Mandam catar o milho e a soja e depois pagam R\$ 4 num saco cheio, às vezes R\$ 3”, relata. “A gente faz porque precisa, para ganhar algum dinheiro ou para consumo”. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proíbe qualquer trabalho a menores de 14 anos.

Ele diz ainda que a comunidade, de setenta famílias, está muito abalada com toda a situação. Em virtude da pandemia de Covid-19, ninguém está autorizado a sair da aldeia para trabalhar. Os indígenas são considerados grupo de risco e estão isolados. Muitos ali vendiam artesanato e faziam pequenos serviços na cidade, como forma de garantir alguma renda. “Nesse tempo fica todo mundo parado, para evitar a doença”, conta.

Conforme o delegado Pedro Lucena, não havia criança quando a polícia chegou. “Eram adultos, que se enfiaram na mata”, relata. “É aquele negócio: o índio não está acima da lei”. Questionado se houve discriminação, ele respondeu que não: “Muito pelo contrário. Esses índios deitam e rolam aqui. Eles pegam as vacas, cortam vivas as paletas... Tem um monte de ocorrência de furto. Só que entram na aldeia e ninguém vê quem é”.

Osmarina lembra que essa não é a primeira vez que os Avá Guarani são injustamente acusados de cometer um crime. Em 2018, cinco indígenas da *teko* Mokoí Joegua, no município de Santa Helena, nas imediações do Parque Nacional do Iguaçu, foram presos por cortar três pedaços de bambu numa área de proteção ambiental.

Mensagem da CNBB sobre as queimadas em território brasileiro

Por Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) acompanha indignada a devastação causada pelas queimadas nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal. Une-se às diversas manifestações de entidades católicas feitas nos últimos dias e enaltece todos que cuidam, com esmero, da Casa Comum, de modo especial o que bravemente combatem os focos de incêndio e trabalham pela preservação da vida nas áreas afetadas. A CNBB se solidariza com todos os voluntários que arriscam a própria vida, atuando com poucos recursos no combate ao crime socioambiental que está ocorrendo e na tentativa de salvar a fauna restante que não foi consumida pelo fogo.

Mesmo diante de tamanha destruição, o governo federal paradoxalmente insiste em dizer que o Brasil está de parabéns com a proteção de seu meio ambiente. Esta atitude encontra-se em nítida contramão da consciência social e ambiental, na verdade beneficiando apenas grandes conglomerados econômicos que atuam na mineração e no agronegócio.

O Ministério Público mostrou ao governo federal os lugares mais sensíveis onde o desmatamento e a queimada aconteceriam de forma mais evidente. Até mesmo ações judiciais foram propostas. Nada, entretanto, surtiu efeito que evitasse essa tragédia socioambiental.

Não é possível permanecer em silêncio diante, por exemplo, dos cortes orçamentários no Ibama e no ICMBio, bem como do sucateamento dos órgãos de combate e

fiscalização. O orçamento liberado para fiscalização do desmatamento no ano de 2019 foi de 102 milhões de reais e ainda sofreu um bloqueio de 15,6 milhões. Neste ano de 2020, o recurso foi ainda menor: conforme o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA), aprovado, foram previstos 76,8 milhões para as ações de controle e fiscalização ambiental do Ibama. Isso significa ter 25,2 milhões de reais a menos!

De acordo com o Fundo Mundial para a Natureza – WWF-Brasil, apesar da criação do Conselho da Amazônia, com a promessa de melhor controle no bioma por parte das Forças Armadas, agosto deste ano repetiu e mesmo superou a tragédia vivida em 2019, com um pico assustador no número de focos de incêndio. Essa agressão à Casa Comum, teve como resultado, nos anos de 2019 e 2020, recordes na quantidade de focos de queimadas no Cerrado (50.524 e 41.674), no Pantanal (6.052 e 15.973) e na Amazônia (66.749 e 71.499), totalizando, segundo dados do INPE, 123.325 focos em 2019 e 129.146 até 20 de setembro de 2020, correspondendo a um aumento de 5.821, destruindo grande parte da biodiversidade nestes biomas, ameaçando povos originários e tradicionais. Tudo isso se constitui num processo de verdadeiro desmonte das leis e sistemas de proteção do meio ambiente brasileiro.

Em meio a toda essa devastação – cujas consequências chegam aos países vizinhos – também o bom senso é agredido tanto pelo o negacionismo explícito e reincidente por parte de nossas lideranças governamentais, quanto pela acusação de que povos e grupos seriam os

responsáveis por algumas das queimadas. Esta criminalização, feita perante o mundo, camufla, na fumaça das fake-news, o esforço desses povos por sobrevivência, além de trazer o caos da desinformação.

Não basta, porém, apenas constatar com tristeza a destruição ambiental e o desrespeito ao ser humano. Por isso, a CNBB convoca a sociedade brasileira a se unir ainda mais em torno do Pacto pela Vida e pelo Brasil, reforçando a voz dos que desejam um país mais justo e solidário, empenhados na proteção da Casa Comum, partindo dos mais vulneráveis. A efetiva superação dessa caótica situação só se dará por meio de forte fiscalização, investigação e responsabilização dos culpados, obrigação de reflorestamento, recuperação integral da natureza devastada e reorganização da estrutura econômica.

Em meio a nossas diferenças, permaneçamos firmes na esperança e na união, solidificados na certeza de que a vida, em especial a vida humana, é o valor maior que nos cumpre preservar.

Brasília, DF, 23 de setembro de 2020

Walmor Oliveira de Azevedo

Arcebispo de Belo Horizonte, MG Presidente

Jaime Spengler

Arcebispo de Porto Alegre, RS 1º Vice-Presidente

Mário Antônio da Silva

Bispo de Roraima, RR 2º Vice-Presidente

Joel Portella Amado

Bispo auxiliar do Rio de Janeiro, RJ Secretário-Geral

Indígenas Tikuna e Kambeba denunciam ameaças, invasões e tentativa de despejo

Por J.Rosha, do Cimi Regional Norte I (AM/RR)

Famílias indígenas dos povos Tikuna e Kambeba, residentes nos municípios de Benjamin Constant e de São Paulo de Olivença, na região do Alto Solimões, no Amazonas, denunciam que as áreas que ocupam estão sendo invadidas. As cidades estão localizadas a cerca de 1.120 quilômetros em linha reta da capital Manaus.

Em São Paulo de Olivença, o avanço dos invasores conta com o apoio de candidatos que disputam a eleição. A tensão aumentou nos últimos meses em razão da disputa por um terreno localizado no perímetro de Bom Jardim I, uma área reivindicada pelos Tikuna em Benjamin Constant. O conflito envolve o pastor de uma igreja evangélica.

Conforme boletim de ocorrência lavrado pelos Tikuna na delegacia do município, Andrés Sueroque, pastor da Igreja Presbiteriana, os teria ameaçado e dito que “não tem medo de nenhuma autoridade” e “que ia matar”. No documento policial, consta ainda que os indígenas denunciaram ofensas do tipo: “se vestem como palhaços”.

A ocorrência foi registrada no último dia 21 de setembro por Leonardo Guilherme Zaguri, um dos líderes Tikuna da localidade. Segundo ele, o pastor teria feito ameaças e discriminado os indígenas ao dizer que “se pintam como se fosse palhaços (sic)”. No dia 28 de setembro, quatro famílias Tikuna foram expulsas da área reivindicada.

Uma tentativa de reintegração de posse que tramita na Justiça tornou-se o mais novo episódio desta campanha contra os Tikuna. O processo é movido pelo pastor, que reside fora da área em disputa e alega posse de um terreno deixado como herança para sua família.

Por meio do memorando N.º 149-2020, a Defensoria Pública do Amazonas, Polo do Alto Solimões, informou que no dia 4 de outubro apresentou pedido de reconsideração na Ação de Despejo n.º 0000112-22.2020.8.04.2801, com a intenção de reverter a decisão que determinou o despejo coercitivo das famílias. O processo aguarda nova decisão da juíza da Comarca local.

A situação que causa maior impacto à comunidade Tikuna envolve um muro de um metro e meio de altura por 30 metros de comprimento construído há cerca de um ano para isolar os indígenas. O muro impede o trânsito das famílias indígenas para o rio onde pescam, lavam louça e roupa e retiram a água para beber, pois a aldeia não dispõe de saneamento básico.

A ocupação Tikuna

A ocupação Tikuna é antiga. Desde o início da década de 1960 famílias do povo foram paulatinamente ocupando a área. Em 2005, eles apresentaram à Fundação Nacional do Índio (Funai) requerimento para criar ali uma Terra Indígena, conforme explica Josi Tikuna. Porém, a Funai até a presente data não atendeu a reivindicação.

A disputa com o pastor da Igreja Presbiteriana teve como estopim a entrada de um missionário coreano, em 1992. Hair Hiang chegou ao local prometendo criar uma policlínica para a comunidade. Em contrapartida, os indígenas cederiam uma espaço na área ocupada para a construção da igreja.

Hair Hiang nunca cumpriu com o acordo. A policlínica não foi construída. Mesmo assim o missionário ocupou o local oferecido pelos indígenas. Em 2011, o prefeito de Benjamin Constant doou para Hair Hiang



Foto: Tiago Miotto/Cimi

Tuxauas e lideranças de Amazonas e Roraima participaram de reuniões na Funai

a parte da área que os Tikuna cederam como parte de um acordo nunca cumprido pelo missionário golpista.

Quando foi embora da cidade, Hiang deixou o terreno como herança para uma filha. Ela ainda mora na cidade e é casada com o pastor Andres Sueroque. Nos últimos 15 anos, o local estava sendo ocupado pelos indígenas como forma de afastar traficantes e usuários de drogas.

Invasão à terra Kambeba

Pelo menos 11 famílias indígenas do povo Kambeba tiveram roças destruídas e a área onde moram invadida por indivíduos não identificados que anunciaram aos

Em São Paulo de Olivença, o avanço dos invasores conta com o apoio de candidatos que disputam a eleição. A tensão aumentou nos últimos meses em razão da disputa por um terreno

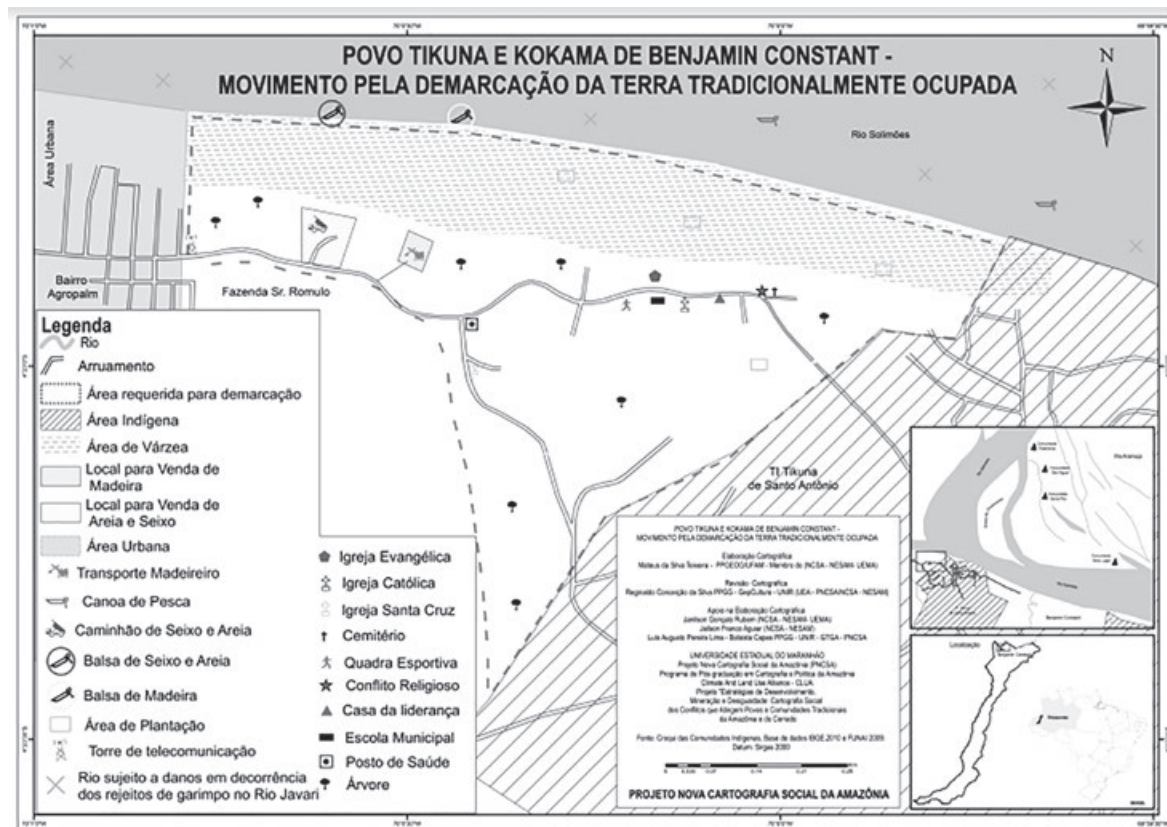
indígenas a intenção de lotear a terra e vender terrenos. A área em questão fica no perímetro urbano da cidade de São Paulo de Olivença, na região do Alto Solimões.

Conforme explicam os indígenas, o local onde moram se chama Castanhal do Ajaratuba e é habitado há muitos anos por famílias Kambeba. Nos últimos dias, moradores das vizinhanças estariam entrando na área, cometendo furto de equipamentos de agricultura e destruindo roçados com máquinas pesadas, da Prefeitura de São Paulo de Olivença, supostamente para criar lotes.

O Secretário de Terras e Habitação do Município de São Paulo de Olivença Zilmar Freitas confirma que a Prefeitura deslocou maquinário para o local. Ele explica que atendeu a pedido de moradores durante reunião realizada dias atrás. Os moradores em questão são de uma área denominada Morro, próxima ao Castanhal do Ajaratuba.

Os indígenas contestam a pretensão dos moradores do Morro e dizem que não teriam sido informados da referida reunião. “Nós estamos aqui há muitos anos, sempre vivemos em paz sem incomodar ninguém. Agora estão entrando e destruindo o que nós plantamos”, diz Eronildes Souza, uma das lideranças da localidade.

O município de São Paulo de Olivença tem uma população de 40.073, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e aproximadamente 15 mil indígenas; majoritariamente Tikuna, Kambeba e Kaixana. Os indígenas dizem que dentro da cidade há outros focos de conflito pela posse da terra e, em ano de eleição, isso pode ter a influência de alguns candidatos. ♦





Parque Indígena do Xingu também sofreu com incêndios: território está cercado por fazendas de monocultivos

Foto: Ibama

As violências contra os povos indígenas são estimuladas pelo governo

No ano de 2019, primeiro sob a presidência de Jair Bolsonaro, o recém-lançado Relatório Violências Contra os Povos Indígenas no Brasil, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), registrou um crescimento inédito das invasões e danos ao patrimônio indígena: foram 256 casos, 135% a mais do que no ano anterior, que atingiram 143 povos e 151 terras indígenas em 23 estados

Por Lúcia Helena Rangel e Roberto Antonio Liebgott*

Ao longo das décadas, os povos indígenas viram seus territórios serem invadidos, loteados e explorados por aqueles que desejam implementar grandes projetos econômicos de mineração, garimpo, criação de gado e plantio de soja em suas terras. Viram a imposição de uma política predatória e devastadora dos bens ambientais e das águas. Uma política propositadamente implementada para aniquilar direitos, o modo de ser dos povos e suas perspectivas de vida e de futuro. As violências e violações contra os povos indígenas são, no Brasil, práticas sistemáticas. Elas formam a base sobre a qual, desde 1964, projetos desenvolvimentistas avançaram, ao custo de expropriações forçadas, redução ou eliminação de territórios, epidemias induzidas e assassinatos de lideranças.

Nos últimos anos, porém, temos assistido a uma escalada sem precedentes nos ataques aos territórios, inclusive com a venda de lotes de terra em áreas demarcadas. No ano de 2019, primeiro sob a presidência de Jair Bolsonaro, o recém-lançado relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), registrou um crescimento

inédito das invasões e danos ao patrimônio indígena: foram 256 casos, 135% a mais do que no ano anterior, que atingiram 143 povos e 151 terras indígenas em 23 estados. Essas invasões referem-se a uma série de danos, tais como exploração ilegal de madeira, garimpos, pesca e caça predatórias, incêndios, loteamento ilegal de terras, grilagens; invasões para formação de fazendas agropecuárias e para empreendimentos de infraestrutura rodoviária, ferroviária e energia elétrica. Também houve contaminação de águas e alimentos por agrotóxicos e 35 registros de conflitos territoriais. Além disso, houve 113 assassinatos, 24 tentativas de assassinatos e 33 ameaças de morte contra indígenas. Dos 133 suicídios registrados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), a maioria afeta jovens, entre 14 e 29 anos, do sexo masculino. A desassistência à saúde resultou em 825 mortes de crianças entre 0 e 5 anos por causas tratáveis, na maior parte dos óbitos.

Além do registrado em 2019, o descaso em relação à saúde desses povos também tem se refletido de maneira bastante severa no combate à pandemia de covid-19. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, até o dia 20 de outubro havia 37.219 indígenas de 158 povos infectados pelo novo coronavírus e 856 óbitos

ocasionados pela doença. No Mato Grosso do Sul, um dos estados com os maiores índices de contágio, são 2.400 infectados; no Maranhão foram, até o momento, 1.533 casos e 27 mortes. As lideranças indígenas do Maranhão relatam problemas como a falta de medicamentos, remédios vencidos, má distribuição de recursos e de equipamentos de proteção individuais. Faltam inclusive caixões para enterrar os mortos.

Desde a década de 1980, quando começou a registrar regularmente as violências cometidas contra os povos originários, o Cimi utiliza as informações sistematizadas pelo Relatório em defesa das comunidades, fazendo denúncias aos poderes públicos no Brasil e a organismos nacionais e internacionais.

A cada publicação, percebemos que as violências e violações são uma constante invariável, praticadas por agentes ávidos pela destruição e pela apropriação dos recursos naturais dos territórios indígenas em nome do lucro e de uma racionalidade econômica desenvolvimentista – uma perspectiva segundo a qual o desejo de trabalhar a terra em consonância com as necessidades familiares e com a transcendência que une matéria, espírito e cosmos é apenas uma expressão do “atraso”.

Esta visão unicista de produtividade, que irmana empresários, grileiros e assaltantes ilegais da madeira, do minério e dos peixes, reconhece apenas o valor das grandes plantações e dos grandes negócios. Onde vivem povos e comunidades indígenas existem mais recursos naturais e mais árvores em pé, mais água, mais animais, isso os satélites já mostraram. Mas nelas há uma também realidade dramática, composta por diversas formas de expropriação, esbulho e espoliação de terras, sustentada por uma política de Estado composta por princípios depredadores e destruidores de

Número de focos de incêndio em TIs por situação administrativa (entre parênteses, número de TIs afetadas)

Fase	Focos (TIs) - 2019	Focos (TIs) - 2018	Focos (TIs) - 2017	Focos (TIs) - 2016	Focos (TIs) - 2015
Regularizadas	1.4883 (272)	7.953 (260)	16.192 (276)	14.379 (293)	12.406 (276)
Declaradas	1.141 (45)	580 (35)	1.926 (39)	970 (45)	1.558 (41)
Delimitadas	322 (17)	210 (18)	342 (17)	264 (24)	344 (19)
Homologadas	117 (5)	33 (5)	100 (7)	63 (7)	49 (5)
Em Estudo	207 (4)	151 (3)	80 (4)	31 (3)	23 (4)
Encaminhadas com Reserva Indígena	10 (2)	15 (2)	28 (3)	16 (2)	36 (1)
Total	16.680 (345)	8.942 (323)	18.668 (346)	15.723 (374)	14.416 (346)



Foto: Adi Spezia/Cimi

Mulheres indígenas se destacam na luta em defesa dos direitos e contra o genocídio



Foto: Tiago Miotto/Cimi

Indígenas em Brasília durante protesto para lembrar das lideranças assassinadas em defesa dos territórios

vida. As agressões ao patrimônio indígena – que muitas vezes se desdobram, também, em agressões às pessoas que vivem nesses territórios – continuam a evidenciar o quanto as terras indígenas são vulneráveis às ações desses agentes que cobiçam os recursos e as riquezas nelas existentes.

Os dados de 2019 demonstram o aumento significativo das omissões do governo federal em relação às suas obrigações constitucionais no que tange aos povos indígenas. Tais omissões contam com a complacência do mais alto dirigente do país, Jair Bolsonaro. Assim ocorre quando o próprio presidente da República deixa de cumprir o artigo constitucional que determina que se demarquem e titulem terras indígenas e quilombolas. Assim ocorre quando o próprio presidente da República esvazia o órgão indigenista oficial, retirando de seu quadro especialistas e técnicos, trocando-os por indicações políticas dos ruralistas.

O governo fez de seus órgãos e ministérios – Funai, Ministério da Justiça, Ministério da Agricultura, Inbra – instâncias que passaram a contestar os direitos constitucionais dos povos indígenas, propagando discursos inclusive sobre a necessidade de revisão destes direitos e propondo que as terras tradicionais fossem disponibilizadas para a especulação econômica.

Concomitante a essa perspectiva de governo, houve a imposição de limites assistenciais aos indígenas pela Funai, determinando-se que somente seriam assistidos aqueles que não estivessem requerendo e/ou lutando por demarcação. O governo acabou por transformar o órgão indigenista oficial em uma espécie de agência reguladora de negócios dentro de terras indígenas demarcadas, firmando acordos com latifundiários. Além disso, determinou a suspensão de todos os estudos demarcatórios e mandou rever os que estavam em andamento.

Há uma intencionalidade expressa do presidente da República em promover a desconstitucionalização dos direitos indígenas; em desencadear um intenso processo de desterritorialização dos povos, retirando-os de seus lugares originários e transferindo-os para cidades e reservas; em estabelecer, como política de Estado, a integração dos indígenas à sociedade envolvente. Não é de hoje. Ainda como deputado federal, Bolsonaro apresentou propostas contrárias aos direitos indígenas, a exemplo do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 170, de 1992, que pretendia revogar a demarcação Terra Indígena (TI) Yanomami.

Os dados de 2019 demonstram o aumento significativo das omissões do governo federal em relação às suas obrigações constitucionais no que tange aos povos indígenas.

Tais omissões contam com a complacência do mais alto dirigente do país, Jair Bolsonaro

A lógica de pensamento do grupo que está no poder carrega consigo outras três graves características: a desqualificação dos povos indígenas enquanto sujeitos de direitos, fato amplamente propagado pelo presidente da República ao longo do ano de 2019, chegando a dizer que “índio não precisa de terra” e que deve ser integrado à sociedade; a desvalorização das formas e dos processos de produção dos povos indígenas, reativando os estereótipos que retratam estas populações como improdutivas, indolentes e obsoletas – que servem, por sua vez, para justificar que as terras que seriam demarcadas para o usufruto exclusivo destes povos sejam disponibilizadas aos produtores não indígenas; a desumanização da pessoa do indígena, retomando a imagem de que são um estorvo, empecilho, um problema a ser removido – conceituação com base na qual se promovem as mais variadas formas de agressões.

Ao se analisar o conjunto de medidas e de discursos de integrantes do governo Bolsonaro consegue-se entender o esfacelamento das políticas assistenciais de educação, de saúde, de proteção aos povos livres (também conhecidos como isolados) e de demarcação de terras, bem como a imposição de um clima de insegurança e violências em todas as regiões onde há presença indígena.

No âmbito da política de educação, as afirmações do presidente e de seus ministros, de que os povos indígenas devem ser integrados ao mercado, que devem assumir formas de viver e pensar da sociedade majoritária para se tornarem, no dizer do presidente da República, “humanos como nós”, desrespeitam premissas constitucionais previstas nos artigos 231, 232, 210 e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Assim, a perspectiva assimilacionista é reavivada, nos moldes do regime ditatorial, e a oferta de educação escolar visa, portanto, romper com as perspectivas de consolidação de uma política pautada na diferença, a partir de um amplo conjunto de leis que garantem a educação escolar indígena específica, diferenciada, plurilíngue, organizada de modo a respeitar as pedagogias e os processos de aprendizagem de cada povo. Esse direito constitucional foi desrespeitado e os dados do Relatório indicam o abandono da educação, das escolas e dos professores. Não há infraestrutura, não há material didático, não há formação.

Situação geral das terras indígenas no Brasil*	Quant.	%
Registradas: demarcação concluída e registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca e/ou no Serviço de Patrimônio da União (SPU)	408	31,43
Homologadas: com Decreto da Presidência da República. Aguardando registro.	14	1,08
Declaradas: com Portaria Declaratória do Ministério da Justiça. Aguardando homologação.	63	4,85
Identificadas: reconhecidas como território tradicional por Grupo de Trabalho da Funai. Aguardando Portaria Declaratória do Ministério da Justiça.	48	3,70
A identificar: incluídas na programação da Funai para futura identificação, com Grupos de Trabalho técnicos já constituídos.	162	12,48
Sem providências: terras reivindicadas pelas comunidades indígenas sem nenhuma providência administrativa para sua regularização.	536	41,29
Reservadas: demarcadas como “reservas indígenas” à época do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).	40	3,08
Com portaria de restrição: terras que receberam portaria da Presidência da Funai restringindo o uso da área ao direito de ingresso, locomoção ou permanência de pessoas estranhas aos quadros da Funai.	6	0,46
Dominial: de propriedade de comunidades indígenas.	21	1,62
Total	1.298	100

* Os dados listados têm como fontes: comunidades indígenas, o Cimi e a Funai.

→ A política de proteção aos povos livres ou em situação de isolamento voluntário foi esvaziada e suas estruturas físicas e de pessoal destruídas ao longo de um ano. As informações apontam que está em curso o extermínio programado dos povos indígenas livres. Não se trata tão somente de uma omissão do governo Bolsonaro, mas de ação deliberada no sentido de possibilitar a invasão dos territórios, o que, historicamente, significou a violência e o massacre desses povos. Faz parte desse plano depredador e genocida a desconstrução de todo o sistema de proteção da Funai, ao mesmo tempo que, ora de forma velada, ora de forma explícita, respalda os invasores de seus territórios. Os levantamentos feitos pela Funai e pelo Cimi dão conta da existência de 116 registros povos isolados, grande parte dos quais em áreas sem qualquer providência em termos de demarcação e proteção de suas terras.

As demarcações, paralisadas desde o governo Michel Temer, sofreram ainda maiores retrocessos com o governo Bolsonaro. É o que mostram as mudanças quanto ao papel do Estado na condução da política de demarcação de terras, bem como a sua proteção e fiscalização. O governo, no atual contexto, age como legalizador ou autorizador das invasões e da exploração destas terras, na medida em que atua para inviabilizar qualquer possibilidade de que elas venham a ser demarcadas. Contrariando preceitos constitucionais, o governo abre mão da responsabilidade de preservação dos bens do Estado e lança mão de discursos e de medidas administrativas que estimulam a expansão agropecuária, o garimpo, a mineração, a exploração de madeira, a caça e pesca predatória, o loteamento e a grilagem das áreas que deveriam ser preservadas.

No ano de 2019, houve, logo depois da posse do presidente Bolsonaro, a iniciativa de se transferir a Funai para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, por meio de Medida Provisória. A função principal do órgão indigenista – a demarcação de terras – foi transferida para o Ministério da Agricultura. Frente ao veemente posicionamento e pressão dos povos indígenas e das entidades indigenistas, essas mudanças foram rejeitadas por decisão do Congresso Nacional e pelo Supremo Tribunal Federal (STF). As atribuições de demarcação, proteção e fiscalização das terras voltaram a ser integralizadas na Funai, sob o comando do Ministério da Justiça, mantendo-se a estrutura anterior. No entanto, isso não implicou num realinhamento das propostas e perspectivas fundiárias do governo.

E para dar forma de legalidade a todas as medidas contrárias aos povos indígenas, o governo se amparou no Parecer 001, da Advocacia Geral da União (AGU), que vigora desde 2017. Neste parecer, se adotou uma lógica de desqualificação dos direitos constitucionais indígenas, aplicando de forma enviesada as 19 condicionantes do julgamento da ação popular contra a demarcação da TI



Terra Indígena Munduruku invadida por garimpos: denúncias chegaram à ONU, mas governo brasileiro responde querendo legalizar garimpos

Procedimentos de regularização de terras indígenas devolvidos pelo Ministério da Justiça à Funai

Terra indígena	UF	Procedimento
Vista Alegre	AM	08620.048537/2012-15
Tuwa Apekuokawera	PA	08620.002047/2004-54
Sambaqui	PR	08620.052029/2014-95
Maró	PA	08620.000294/2010-64
Pindoty/Araçá-Mirim	SP	08620.001743/2006-13
Guaviraty	SP	08620.077509/2015-40
Kanela Memortumré	MA	28870.002615/1982-16
Cobra Grande	PA	08620.064329/2013-36
Barra Velha do Monte Pascoal	BA	28870.002556/1982-86
Tupinambá de Olivença	BA	08620.001523/2008-43
Wassú-Cocal	AL	08620.035587/2012-24
Paukalirajausu	MG	08620.002110/1998-53
Toldo Imbu	SC	08620.001538/2011-15
Rio Gregório	AC	28870.001350/89-03
Cacique Fontoura	MG	08620.001304/2010-89
Xukuru-Kariri	AL	08620.070394/2013-09
Arara do Rio Amônia	AC	08620.050892/2012-46
Morro dos Cavalos	SC	08620.001922/2011-18
Aldeia Velha	BA	08620.038072/2014-48
Djaiko-Aty	SP	08620.001740/2006-71
Ka Aguy Mirim	SP	08620.001751/2006-51
Menkü	MG	08620-026062/2012-06
Peguaoity	SP	08620.001741/2006-16
Sawré Muybu	PA	08620.056543/2013-19
Tapyi/Rio Branquinho	SP	08620.001752/2006-04
Ypoi-Triunfo	MS	08620.077222/2013-58
Potiguara do Monte Mor	PB	08620.001163/2011-85

Raposa Serra do Sol, o qual estabeleceu que elas se referiam tão somente àquele caso concreto, não sendo vinculantes a outros procedimentos demarcatórios.

Além das condicionantes, a AGU também impôs a tese do “marco temporal” nos procedimentos de demarcação de terras futuras, o que também contraria o julgamento referido e as decisões do STF sobre o tema. Esta tese restringe as demarcações apenas àquelas terras que estivessem sob posse comprovada dos povos indígenas em 5 de outubro de 1988. Ao fazer isso, legaliza e legitima as violências que atingiram os povos originários antes desta data, ignorando as violações da Ditadura Militar e o fato de que, até então, estes povos eram tutelados pelo próprio Estado que violava seus direitos.

Há, com a promoção dessa desestruturação das políticas, um propósito muito evidente do governo Bolsonaro: o de intensificar a exploração primária das terras onde há recursos ambientais, minerários, hídricos, bem como identificar as potencialidades produtivas para se colocar mais boi nos pastos e plantar soja transgênica. Nesse contexto, a promoção de incêndios criminosos na Amazônia, a retirada ilegal de madeira, o avanço de garimpeiros e a grilagem de áreas de florestas são, do ponto de vista do governo, essenciais para consolidar a transferência do patrimônio público para a iniciativa privada.

Parte das forças políticas e econômicas que dão sustentação ao governo Bolsonaro são, nas regiões, as mesmas forças que agridem e deslegitimam as lutas dos povos indígenas por seus territórios. Esse foi o caso do assassinato de Paulo Paulino Guajajara, ocorrido no dia 1º de novembro de 2019 na Terra Indígena Arariboia, no Maranhão, onde a ausência e a omissão absolutas do Estado levaram os indígenas a colocar suas próprias vidas em risco para fiscalizar e proteger seus territórios através de grupos de Guardiões da Floresta. A atuação dos Guardiões desperta reações violentas de madeireiros, grileiros e invasores.

Os povos indígenas enfrentam essa realidade de violência articulando ações e cobrando medidas para combatê-las no âmbito dos poderes públicos. Mas há de se fazer mais. Precisamos intensificar as campanhas em defesa destes povos, das terras e do meio ambiente junto aos organismos internacionais, requerendo também deles que se voltem para o Brasil e exijam do governo o respeito aos direitos humanos. Os gritos de dor e as lutas dos povos denunciam as variadas formas de violência e constituem-se em apelo em defesa da vida e pela garantia e consolidação dos direitos indígenas no Brasil. ♦

Lúcia Helena Rangel é assessora antropológica do Cimi e professora de Antropologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Roberto Antonio Lleboggott é missionário e coordenador do Cimi Regional Sul, graduado em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição (Fafimc) e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

Assassinatos - Dados oficiais

Estado	Número de homicídios
Acre	2
Amazonas	16
Bahia	1
Ceará	8
Maranhão	4
Mato Grosso	1
Mato Grosso do Sul ¹	40
Pará	1
Paraíba	3
Pernambuco	3
Paraná	1
Rio Grande do Norte ²	2
Roraima ³	26
Santa Catarina	4
Tocantins	1
Total	113

¹ Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Dados sujeitos à revisão.

² Fonte: SIM/SUVIGE/CPS/SESAP-RN.

³ Fonte: SIM/NSIS/DVE/CGVS/SESAU-RR. Dados sujeitos à revisão.



Foto: Guilherme Cavalli/Cimi

As denúncias realizadas em Brasília contaram com inúmeros protestos no decorrer de 2019

Após período sem barreiras sanitárias, covid-19 faz vítimas entre os Sateré-Mawé

Após a retirada da barreira sanitária no rio Andirá, em meados de agosto, a doença chegou nas comunidades desta calha de rio, até então sem registro de casos. Em pouco tempo já são 29 casos confirmados nas comunidades do Andirá

Por **Rafael Nakamura**, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI)

De setembro até o início de outubro, o número de casos confirmados de doença do novo coronavírus (covid-19) entre indígenas atendidos pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) de Parintins aumentou em 120%. Boa parte desse aumento foi puxado pelo aumento de casos entre o povo Sateré-Mawé da Terra Indígena Andirá-Marau. Em agosto, o último boletim da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) registrava 79 casos no Dsei Parintins, que além dos Sateré-Mawé atende o povo Hixkaryana. No dia 8 de outubro esse número saltou para 174 casos confirmados, já são 7 óbitos entre os Sateré-Mawé.

Após a retirada da barreira sanitária no rio Andirá, em meados de agosto, a doença chegou nas comunidades desta calha de rio, até então sem registro de casos. Em pouco tempo já são 29 casos confirmados nas comunidades do Andirá, pelo menos dois internados em estado grave, e um óbito do tuxaua (chefe) Plácido Dias de Oliveira, da aldeia Boa Vista.

Os dois internados em estado mais grave são Abdias Takuru, motorista da Sesai do Polo Base Araticum, e o tuxaua (chefe) geral das comunidades do Andirá, Amado Menezes. Nos últimos dias o quadro do tuxaua Amado Menezes se agravou e ele precisará ser transferido para uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) em Manaus.

Na outra calha de rio que concentra comunidades da Terra Indígena, o rio Marau, a situação se agravou mais cedo. A barreira sanitária foi abandonada pelo Dsei ainda em maio. A equipe da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Maués ainda manteve a barreira por mais tempo, até agosto, e depois a barreira ficou por conta apenas dos próprios indígenas. Nas comunidades do Marau são pelo menos cinco óbitos confirmados, dentre estes o tuxaua Otávio dos Santos, importante liderança do povo Sateré-Mawé.

Tanto no rio Andirá, como no Marau, as barreiras sanitárias foram mantidas por equipes das Coordenações Técnicas Locais da Funai com apoio das prefeituras dos municípios de Barreirinha (no Andirá) e Maués (no Marau), mas sem a presença e sem apoio da Sesai. Os servidores da Funai reclamam a falta de estrutura.

Em meados de agosto encerrou a ordem de serviço dos servidores das Coordenações Técnicas Locais da Funai que atuavam nas barreiras no Andirá e no Marau. Os servidores enviaram um novo plano de trabalho, mas reclamam da demora para aprovação interna no órgão.

“A Funai demorou muito pra dar respostas para as nossas demandas, a pandemia se intensificou em março, só em junho disponibilizou recurso para diárias e combustível. Nesse tempo todo foi o município que manteve a barreira no Andirá. Depois não aprovou nosso plano de trabalho e ficamos uns 25 dias sem barreira, a entrada ficou sem controle, os indígenas vieram pra cidade, os não indígenas começaram a entrar pra terra e foi o suficiente para explodir o número de casos”, revela o coordenador local, Butel.

A grande maioria dos casos, nas comunidades do Andirá e do Marau, estão sendo tratados nas próprias aldeias. Mas tanto indígenas, como servidores da Funai, temem o agravamento dos casos, já que tanto nas aldeias, como nos municípios próximos não há estrutura suficiente para lidar com casos mais graves.

“A tendência é se espalhar no rio Andirá e termos mais casos. Nos municípios de Barreirinha e Parintins o alto índice nunca estancou e os jornais estão demonstrando o aumento de casos. A gente não tem prioridade nos hospitais que estão enchendo. Não estamos vendo nenhuma iniciativa das instituições, nem das lideranças que não sabem do perigo que estão correndo. A estrutura em Parintins é mínima, tem um limite



Amado Sateré-Mawé, tuxaua-geral do povo, foi internado em estado grave com covid-19. O indígena contraiu a doença após a retirada da barreira sanitária no rio Andirá



Plácido Sateré-Mawé não resistiu à covid-19 e morreu após a retirada da barreira sanitária no rio Andirá



Otávio Sateré-Mawé também não resistiu à covid-19 e morreu após a retirada da barreira sanitária no rio Andirá

baixo de leitos. Os casos mais graves devem ir pra Manaus, pra mais longe de suas famílias”, alerta Jossias Sateré-Mawé, presidente da Associação dos Kapi e das Lideranças Tradicionais do Povo Sateré-Mawé.

Os Sateré-Mawé também reclamam da subnotificação e da falta de transparência dos casos confirmados, já que os profissionais da saúde não estão repassando o detalhamento dos dados de contaminação por semana epidemiológica para cada povo sob a jurisdição do Dsei Parintins. Para Jossias, a falta de dados sobre a real situação do contágio nas comunidades impede a adoção de medidas efetivas de controle e prevenção da doença nas comunidades Sateré Mawé.

O Servidor da Funai em Maués, Artur Batista de Oliveira também identifica a falta de diálogo com o Dsei Parintins como um agravante para a situação das comunidades no Marau.

“A maioria das comunidades já estão infectadas, Santa Maria, uma comunidade muito grande, morreu uma pessoa. O Dsei não informa a Funai sobre os casos, eles são muito fechados. Não estão divulgando”, lamenta.

Após o aumento brusco de casos de covid-19, ainda no final de setembro, a Funai retornou com a barreira sanitária no rio Andirá. Em reunião, os tuxaus e lideranças Sateré-Mawé do Andirá reafirmaram o apoio às atividades da barreira na tentativa de conter o aumento de casos. O rio Marau segue sem barreira sanitária com a participação direta de equipe da saúde indígena e Funai local, mas o controle de acesso e saída tem sido realizado pelos próprios indígenas.

Tentamos por diversas vezes o contato com a equipe do Dsei Parintins para esclarecer o aumento dos casos, a ausência da equipe nas barreiras e para solicitar informações sobre os casos e óbitos entre o povo Sateré-Mawé. Não obtivemos respostas até a publicação da reportagem.

Descaso no atendimento

Em agosto, mesmo mês em que foram desfeitas as barreiras sanitárias nos rios Andirá e Marau, diversos conselheiros locais de saúde indígena do povo Sateré-Mawé levaram uma denúncia ao Ministério Público Federal sobre o descaso do Dsei Parintins no atendimento da comunidade Nova Esperança, no rio Marau.

A denúncia listava como principais motivos o descaso no atendimento e o abandono do Polo Base na aldeia Nova Esperança por mais de 40 dias, em plena pandemia. A denúncia citava ainda a falta de medicamentos e estrutura com equipamentos para a atenção básica, além da já comentada falta de informações oficiais sobre os casos confirmados de covid-19. Junto com um ofício, os conselheiros enviaram um vídeo com depoimentos.

“Estamos sem enfermeiro e sem médico. Quase todo dia nosso polo recebe pessoas a procura de saúde, gente com febre”, disse Aristides Michiles, tuxaua e conselheiro de saúde do povo Sateré-Mawé da comunidade Nova Esperança, em vídeo entregue ao MPF.

“O polo atende 3 comunidades. Não tem medicamento, não tem equipe de apoio. O material que chegou dos expedicionários está trancado. Medicamentos contínuos e outros atendimentos não estão acontecendo”, revelou na ocasião Jeferson Santos dos Santos, presidente do Conselho Local de Saúde.

O abandono do Polo Base Nova Esperança foi justificado pela equipe de saúde do Dsei Parintins pela falta de segurança, devido uma situação de conflito com um membro da comunidade. A denúncia dos conselheiros de saúde do povo Sateré-Mawé também relatava a situação como fruto do descaso dos profissionais de saúde, já que o conflito aconteceu depois que um pai ficou dias sem saber da filha e só foi procurado para receber a notícia da morte, sem nenhuma preparação psicológica. ♦

Gerson Souza Melo Pataxó morre por covid-19

Por **Jurema Machado***, antropóloga, professora da UFRB e presidenta da Anai

Uma das mais longas e árduas lutas territoriais dos povos indígenas no Brasil, a retomada da terra Indígena Caramuru Paraguaçu, na Bahia, perdeu um de seus maiores líderes, Gerson Souza Melo, vítima da covid-19. A tragédia chega a um momento onde a epidemia está falsamente controlada no Brasil, mas ainda não somente muito mortal, como provocando impactos profundos nos povos indígenas. Gerson Pataxó deixa um legado de luta que entra para a história.

O que constitui um grande líder indígena? A sua capacidade de entrega na luta? O conhecimento detido da cultura, da tradição e do território? A preocupação com o registro da história do seu povo? A articulação com outros povos e outras lutas? Pois Gerson Pataxó tinha todas estas características, e mais a permanência constante junto a seu povo e o acompanhamento incessante dos acontecimentos que ocorrem cotidianamente em suas comunidades.

Certos acontecimentos, que muitas vezes possam passar despercebidos, e serem, supostamente, de âmbito estritamente doméstico, podem provocar alterações profundas na vida dos povos. Um líder precisa ser vigilante. E foi em uma dessas situações, em mais de 20 anos de relação com os povos indígenas, que conheci Gerson Souza Melo, em maio de 1999, na sede do Ministério Público Federal, na cidade de Ilhéus, sul da Bahia. Meses antes, Gerson se encontrava muito atento às transformações que a saúde indígena vinha sofrendo com a “Lei Arouca” (nº 9.836/99), e promoveu, junto a outras lideranças do povo Pataxó Hãhãhã, um diagnóstico de saúde das três aldeias (Caramuru, Baheté e Panelão), que então compunham partes da Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu. Em função desse diagnóstico, Gerson e a comunidade tiveram dimensão da grande quantidade de mulheres esterilizadas nas comunidades, e a partir daí teve início um processo que trouxe alterações profundas na organização sócio política do povo Pataxó Hãhãhã e reorientou a luta pelo território.

Esse nosso primeiro encontro na sede do MPF ocorreu em função dos depoimentos de algumas das mulheres esterilizadas no contexto de campanha política. Eu ambicionava pesquisar o ocorrido para a monografia de conclusão do meu bacharelado em Ciências Sociais, na Universidade Federal da Bahia. Como um grande líder, Gerson reconheceu que aquele meu interesse poderia fortalecer as denúncias e passamos dois dias conversando e combinando como poderia ocorrer a pesquisa. Ele era muito entusiasta das pesquisas e pesquisadores, incentivava e apoiava que os



Gerson era do povo Pataxó Hãhãhã, mas seu tronco velho, sua etnia, como ele mesmo enfatizava, era Kariri-sapuyá

parentes muito estudassem e se tornassem cientistas, professores, médicos e historiadores do seu povo. Certa vez, permaneceu dias no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, selecionando e lendo documentos do então Serviço de Proteção aos Índios sobre a Reserva Caramuru-Catarina Paraguaçu, interesse que despertou à equipe do Museu a publicação de um livro com textos analíticos sobre a documentação e resumos de todos os documentos. Era mais uma importante peça conquistada para comprovar o direito de seu povo à terra que reivindicava.

Gerson era do povo Pataxó Hãhãhã, mas seu tronco velho, sua etnia, como ele mesmo enfatizava, era Kariri-sapuyá. Família pela qual tinha muito orgulho e engendrava esforços para unir e registrar a trajetória, desde Pedra Branca, no Recôncavo da Bahia, até a Reserva Caramuru-Paraguaçu, conduzida pelo etnólogo

Curt Nimuendaju, lá pelos idos de 1937. Seu respeito pelos mais velhos e pela luta e persistência ancestral garantiram a ele a “voz da tradição”, qualidade que os Pataxó Hãhãhã costumam referir a quem “sabe contar as histórias”, a quem “escutou os mais velhos”. Foi Gerson Souza Melo e sua prima, Ilza Rodrigues, hoje também cacique, que esforçaram-se para me fazer compreender o que seria a organização social que utiliza etnônimo englobante (Pataxó Hãhãhã), mas que aciona a ênfase em etnias (Tupinambá, Gueren, Kariri-Sapuyá, Kamacã, Hãhãhã, Baenã) por famílias ou famílias por etnias para marcar ações de luta – como as retomadas.

Olympio Serra certa vez fez uma analogia ao equivalente ocidental, sobre o papel desempenhado por Gerson junto ao seu povo, que seria algo como “primeiro-ministro”, ou alguém que está dentro e está fora, também, no papel de representação. Papel esse que obteve justo reconhecimento externo ao ser homenageado com o Prêmio de Direitos Humanos, ainda no ano 2000. A dor sentida por estar em Brasília, na companhia do primo Galdino Jesus dos Santos, quando este foi assassinado, em 1997, queimado vivo em Brasília, acentuou seu senso de justiça e pressão sobre o Estado Brasileiro. Ele por vezes narrava sobre os tensos encontros com o presidente Fernando Henrique Cardoso, que sempre fazia certas ironias com as

lideranças indígenas, sugerindo que cada líder só estaria interessado na demarcação de seu território. Certa vez, Gerson escutou dele “você só quer a demarcação dos Pataxó?”, no que ele retrucou, “o senhor precisa respeitar os índios do Brasil”.

“Eu vi a luta desde pequeno”, dizia ele. Desses tempos de pequeno guardava na memória, a reunião dos parentes na casa de seus pais, ambos já falecidos, Egídia Trajano e Diogo Souza Melo, estrategicamente escolhida para ser o local de encontro do Grupo Luta pela Terra, criado em 1974, quando Gerson tinha ainda 12 anos de idade. Cresceu, também, tendo muita consciência que a luta dos índios é possível e resistente porque dela participa um conjunto de seres encantados, humanos e não humanos. Não deixava de referir ao tio, irmão de Egídia, que *envultava*, aparecia e sumia, como uma forma de confundir o inimigo. Da sua convivência e parentesco com outros líderes mais velhos, a exemplo de Samado Santos e Desidério dos Santos, foi crescendo e entendendo a história que carregava e que ajudaria a construir.

O povo Pataxó Hãhãhã muito se orgulha que sua luta para recuperar o território não tenha beneficiado apenas os indígenas. A cidade de Pau Brasil, por exemplo, uma das quais está localizada a terra indígena, foi fortemente impactada positivamente com a conquista dos índios, sua economia cresceu, o comércio prosperou e as relações interétnicas foram apaziguadas. Apesar do forte sentimento anti-indígena que predominou por décadas no município, os indígenas sempre pensaram em Pau Brasil como um lugar de circulação e presença deles, também, e talvez por isso tenham se preocupado, desde o final dos anos 1980, com a política local e como ela poderia lhes afetar. A criação do Partido dos Trabalhadores naquela cidade foi protagonizada pelos Pataxó Hãhãhã, e nele fizeram vereadores, a exemplo do próprio Gerson.

A violência e perseguição imposta pelos inimigos lhe rendeu uma vida marcada pelas ameaças de assassinato e criminalização. Ele conseguiu escapar de dois cercos de pistoleiros que atiraram contra o carro em que se encontrava, e sobreviveu também a um sequestro orquestrado pelos mesmos inimigos, que lhe ofereciam terras e gado em troca da sua saída da luta e liderança do povo Pataxó Hãhãhã.

“Eu vi a luta desde pequeno”, dizia ele. Desses tempos de pequeno, guardava na memória a reunião dos parentes na casa de seus pais escolhida para ser o local de encontro do Grupo Luta pela Terra, criado em 1974

Em novembro de 1999, em viagem de retorno a aldeia, após participarem de uma sessão especial na Assembleia Legislativa da Bahia, em Salvador, Gerson e suas primas, Ilza Rodrigues e Margarida Rocha, foram surpreendidos com a interrupção da viagem no posto da Polícia Rodoviária Federal, em Itabuna. Lá estavam policiais militares do 15º Batalhão que prenderam Gerson, sob mandado do juiz da Comarca de Pau Brasil, Antônio Cândido Garcia de Oliveira. A acusação que pesava sobre ele era a de uma suposta tentativa de homicídio a um fazendeiro, em 1994. Surpreendentemente, ao interpor mandado para o pedido de Habeas Corpus, a FUNAI se deu conta de que o pedido fora expedido às 7:15 da manhã, enquanto a prisão havia sido efetuada às 6:00. O MPF conseguiu que Gerson permanecesse custodiado pela Polícia Federal, em Ilhéus, mas nem ele, e nem eu, nos recordamos de quantos dias ficou encarcerado. Talvez quatro ou cinco dias. Após essa, ele enfrentou ainda outras tentativas de criminalização de sua luta.

Mas, em contexto de genocídio, os indígenas que conseguem sobreviver aos conflitos, podem não sobreviver aos impactos de uma nova doença e ao descaso com a saúde indígena por parte de um governo racista e por si

só, adocedor. Gerson, que nasceu em 12 de janeiro de 1962, cresceu em Pau Brasil vendo a terra do seu povo invadida, mas acompanhando a determinação de seus mais velhos em reavê-las. Ele, que lutou o bom combate para sua reconquista e pôde comemorar a expulsão de cada invasor e algoz da sua terra, não resistiu aos efeitos da Covid, uma pandemia que no Brasil se fortalece com contornos mais sofisticados de descaso e crueldade.

Nesses mais de 20 anos de amizade e relação, falamos em medos, expectativas, certezas, tristezas e muitos planos, mas nunca falamos em morte. Muito embora sempre fosse uma certeza, obviamente, especialmente quando víamos a partida de tantos mais velhos, achávamos que a dele, e a minha, não seria para tão cedo. Desses seus muitos planos, estava a construção de um memorial indígena no Caramuru, que abrigasse tanto os documentos e objetos de memória do povo Pataxó Hãhãhã, bem como, as duas urnas funerárias que foram retiradas para estudo, do sítio arqueológico Água Vermelha, uma das regiões da terra indígena Caramuru-Paraguaçu.

Gerson foi a primeira liderança indígena que me aproximei, e foi em casa sua, de Selma – sua esposa – e de seus quatro filhos – e agora sete netos – que, em julho de 1999, vivenciei a minha primeira experiência de trabalho de campo. Eles têm uma importância imensa na minha formação como antropóloga e como pessoa, pois mais da metade da minha vida é de conhecimento com eles.

No dia de sua morte, 15 de outubro de 2020, muito impactada pela surpresa do acontecimento e avassaladora tristeza, escutei de uma amiga a sugestão que colocasse a tristeza para fora escrevendo um conto que entrelaçasse a casa de Gerson como um lugar de potência para mim, e a casa de Egídia com o um lugar de potência para os Pataxó Hãhãhã. Não sei se sou capaz disso, mas quero registrar aqui o quanto uma casa é abrigo. Gerson morreu de forma muito precoce, mas agora estará sempre em casa, como preconizaram seus antepassados. ♦

**Jurema Machado é professora do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e presidente do conselho diretor da Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai). Artigo enviado por el Grupo de Trabajo CLACSO Ecologías políticas desde el Sur/ Abya Yala.*

Assine o

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

www.cimi.org.br

adm.porantim@cimi.org.br
(61) 2106-1650 / 2106-1655
SKYPE: Adm Jornal Porantim

Forma de pagamento – depósito bancário:

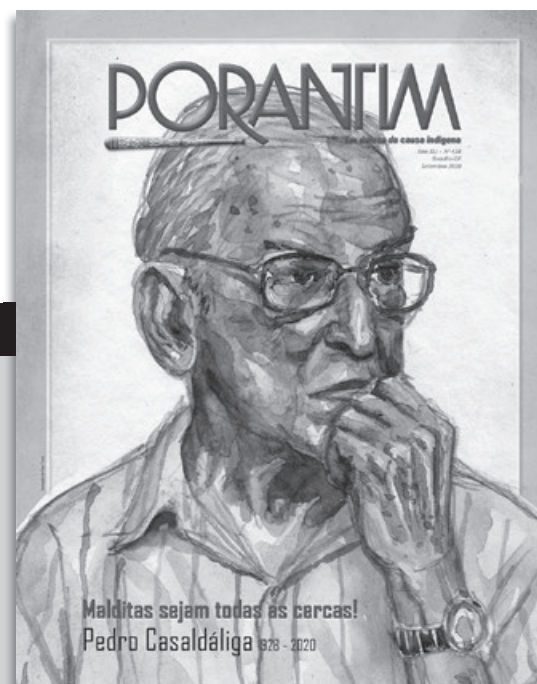
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
Brasília-DF – CEP: 70.393-902



Construindo
um Mundo
sem Males!

Assinatura

Anual:
R\$ 80

Dois anos:
R\$ 130

América Latina:
US\$ 55

Outros países:
US\$ 90

Avá Guarani lutam para sobreviver em meio à pandemia do novo coronavírus

Por **Adi Spezia**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Lideranças da aldeia Vy'a Renda, no município de Santa Helena, no oeste do Paraná, denunciaram ao Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria da República em Francisco Beltrão (PR), a falta de água potável. Situação que se agrava durante as estações mais quentes e com a estiagem que assola a região.

Composta por 35 famílias, a aldeia conta com apenas uma caixa de água de 10 mil litros para o consumo de aproximadamente 116 pessoas, em sua grande maioria crianças e idosos. Essencial à vida, a preocupação é ainda maior diante da pandemia do novo coronavírus e da situação de vulnerabilidade, em especial das crianças e idosos.

Sem estrutura de saneamento básico, mesmo com doze anos da constituição da aldeia, os indígenas denunciam que a água fornecida pela rede pública não tem chegado até o tekoha.

“Utilizada pelos agricultores da região e em outras atividades, o fluxo da água não chega até a aldeia e com isso não abastece o reservatório, deixando os indígenas sem água potável”, explica o cacique Cornélio Veravy Alvez.

No documento entregue ao MPF no dia 1º de outubro, as lideranças destacam que há vários anos vêm sofrendo com a falta de água potável e saneamento básico, e cobram soluções urgentes, visto que a única opção de acesso à água é um reservatório próximo à aldeia, e que devido ao baixo nível a água encontra-se lamacenta, imprópria para consumo.

Essa situação do tekoha Vy'a Renda também é vivida pelos tekoha no município de Santa Helena, Ara Porã, tekoha Pyahu, tekoha Tape Jere (Curva Guarani), Mokoy Joegua e no tekoha Yva Renda em Itaipulândia. O vice cacique Inocêncio Acosta, do tekoha Mokoi Joegua, destaca a apreensão das lideranças.

“Estamos muito preocupados por ter que tomar água do lago, muito preocupados com as crianças, várias tiveram diarreia, vômitos e feridas por tomaram essa água. Também tem a falta de comida. Como não temos os territórios reconhecidos, compromete o plantio”, conta Inocêncio.

Diante da realidade destes locais, o Ministério Público entrou com uma Ação Civil Pública. O juiz da 2ª. Vara Federal em Foz do Iguaçu, Rony Ferreira, negou o pedido de Tutela de urgência. O MPF recorreu ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, cuja pedido foi analisado pelo desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, que negou a tutela de urgência.

Ocorreram duas audiências de conciliação onde não se chegou a um acordo, uma vez que esses tekoha estão em processo de identificação pela Fundação Nacional do Índio (Funai), ao mesmo tempo em que a Itaipu Binacional e Governo do Estado do Paraná entram com processos de reintegrações de posse.

Entrega de cestas básicas foi interrompida

As lideranças dos 24 tekoha estão muito apreensivos com a notícia da falta de cestas básicas que são repassadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a Funai, a última entrega foi em setembro, e para o mês de outubro não é certeza que as 4 mil pessoas que moram nestes tekoha terão alimentos.

A interrupção na entrega das cestas básicas pode agravar ainda mais a situação de vulnerabilidade dos povos, junto com o isolamento social compelido pela pandemia da covid-19; a fome tornou-se uma triste realidade para os povos no oeste do Paraná. “É muito difícil sem saneamento básico, com esse pouco de água e agora sem as cestas básicas. O que acontece é que precisamos de água e alimentação”, defende o cacique da TI Guasu Guavirá.



Mobilização organizada pelas mulheres indígenas reuniu as 14 aldeias do tekoha Guasu Guavirá



O baixo nível do reservatório da Itaipu Binacional reflete a gravidade da estiagem prolongada e a falta de água denunciada pelos indígenas

Com largo histórico de violências e violações, indígenas das 14 aldeias do tekoha Guasu Guavirá se reuniram em mobilização no último dia 3 de outubro para reivindicar seus direitos originários, em especial o direito à demarcação de seus territórios tradicionalmente ocupados. A mobilização foi organizada pelas mulheres indígenas e as reivindicações foram enviadas ao MPF.

No Paraná, segundo relatório de *Violência Contra os Povos Indígenas*, organizado pelo Cimi, edição com dados de 2019, há 40 terras indígenas com alguma pendência administrativa: 20 terras indígenas sem providências, entre elas o tekoha Yv'a Renda, dos Ava Guarani; 14 a identificar; 5 identificadas; e apenas uma declarada.



As lideranças reivindicam o restabelecimento na entrega das cestas básicas, saneamento, melhorias no atendimento à saúde e seus territórios demarcados

A não demarcação do território provoca outras violências. “Passamos discriminação, preconceito e violência nas cidades, na rua, no mercado, nas lojas e escolas”, denunciam as lideranças. Sem contar as dificuldades de acesso à saúde e à educação.

“Temos muita dificuldade de acesso às escolas fora das aldeias, onde nossas as crianças e jovens estudam”, conta a rezadeira Maria Nunes Gonçalves. Insultos como “comedor de terra, sujos ou pés sujos tem sido queixas frequentes entre os estudantes”, completa Inácia Jara, da aldeia tekoha Guarani.

As lideranças reivindicam providências “aos problemas relacionados ao saneamento básico, água potável, reestabelecimento na entrega das cestas básicas, melhorias no atendimento à saúde e seus territórios demarcados”, conforme pedido levado ao MPF.

Reintegração de posse contra indígenas em meio à pandemia

O juiz Rony Ferreira, da 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, ignorando decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), emitiu uma determinação de reintegração e manutenção de posse em favor da Itaipu Binacional, no dia 6 de outubro.

Conforme sentença, os indígenas têm 30 dias para desocupar a área de forma voluntária, após o trânsito em julgado. Os indígenas podem recorrer da decisão, o que não reduz a preocupação das lideranças, numa disputa que se arrasta por anos, agravando ainda mais a situação dos Guarani.

A decisão do juiz no oeste do Paraná contraria a decisão do ministro Edson Fachin, quando em maio, por meio de uma decisão liminar, suspendeu todos os processos judiciais do país que possam afetar a demarcação e ocupação de terras indígenas, enquanto durar a pandemia do novo coronavírus ou até o julgamento na Corte do recurso com “repercussão geral” do caso da TI Ibirama La Klãnõ (SC), do povo Xokleng.

Mesmo não havendo risco de desocupação nos próximos trinta dias, a decisão do juiz da 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu tem causado angústia e preocupação nas lideranças, pois afeta outras aldeias que estão na mesma situação.

“A Itaipu tem muita dívida com os Guarani nessa região e, mesmo assim, não quer reconhecer essa dívida histórica. Em vez disso, continua fazendo perseguição, querendo derrubar o direito indígena”, denuncia o cacique Lino Cesar Cunumi Pereira, liderança Avá Guarani do tekoha Curva Guarani, no município de Santa Helena. ♦

Práticas tradicionais amenizam as consequências e o avanço da covid-19 entre indígenas no Mato Grosso

Por **Adi Spezia**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Com as equipes afastadas dos territórios indígenas desde março, seguindo as orientações dos órgãos de saúde, a atuação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Mato Grosso durante a pandemia tem ido além dos trabalhos e práticas realizadas juntos aos povos indígenas no estado em outros momentos.

À medida que a pandemia avança para os territórios, o Cimi Mato Grosso intensifica a sua atuação, viabilizando cestas básicas, máscaras, itens de profilaxia, produtos de higiene e limpeza para os povos em aldeias e grupos em contexto urbano. “Estes, principalmente, pelo fato de os órgãos públicos não estarem atendendo adequadamente. Pois há atendimento, mas é insuficiente”, lembra Gilberto Vieira dos Santos, coordenador do Regional.

Lideranças indígenas em todo país têm denunciando a omissão do Estado frente ao avanço da covid-19 nos territórios. As populações indígenas em contexto urbano historicamente têm sido marcadas pelo abandono.

Durante a pandemia, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) não tem dado assistência a essas populações e nem contabilizado os casos e os óbitos por covid-19 entre indígenas que vivem nas cidades. A Sesai defende que o atendimento a essa parcela da população indígena seja feito pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desrespeitando o atendimento diferenciado que é um direito dos povos indígenas, independentemente de sua localização.

Com o apoio de organizações parceiras, pessoas físicas e agências de cooperação, o Regional Mato Grosso do Cimi tem mobilizado e viabilizado formas para que as cestas básicas e demais doações cheguem até as aldeias, seguindo os protocolos dos órgãos de saúde e os estabelecidos pelas próprias comunidades.

Um bom exemplo é a entrega das cestas fornecidas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), realizada por membros do Cimi junto

O regional também atuou no fortalecimento das barreiras sanitárias e com medidas de conscientização e informação sobre o novo coronavírus



Entrega de cestas básicas ao povo Bororo na Terra Indígena Tereza Cristina

aos indígenas Bororo, na Terra Indígena (TI) Tereza Cristina. Insuficientes, neste caso, as cestas da Conab foram complementadas com doações da Diocese de Rondonópolis e da Missão Salesiana, ambas em Mato Grosso.

Na capital Cuiabá, cerca de 100 cestas básicas foram entregues ao povo venezuelano Warao, a um grupo de imigrantes haitianos e na casa dos estudantes indígenas. Neste caso, o Cimi mediou a entrega de cestas disponibilizadas pelo Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) e pelo Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), além daquelas adquiridas pelo próprio Cimi, explica Gilberto, ao destacar a importância das articulações.

Da TI Tapirapé Karajá, aldeia Itxalá, Maidoré Karajá conta que, devido ao isolamento, foi necessário solicitar as cestas básicas, pois muitos indígenas trabalham fora do território para com-

plementar a renda, que foi comprometida com a chegada do vírus.

De março a julho, as ações mobilizadas pelo Cimi Mato Grosso chegaram a pelos menos dezesseis povos indígenas e imigrantes haitianos. Foram entregues aproximadamente 400 cestas de alimentos, adquiridas pelo Cimi e articuladas por parcerias.

O regional também atuou no fortalecimento das barreiras sanitárias e com medidas de conscientização e informação sobre o novo coronavírus. Kits com álcool gel, álcool 70, máscaras e equipamento de proteção individual (EPIs) também foram enviadas às aldeias. Em articulação com o Instituto Federal em Confresa (MT), foram entregues mais de 1000 litros de álcool 70, produzido pelo Instituto Federal.

Numa parceria entre o Cimi e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), duas bombas de pulverização, 50 litros de hipoclorito

de sódio e itens de profilaxia também foram enviados aos indígenas do povo Apyãwa (Tapirapé). Gilberto Vieira, coordenador do Regional, explica que também houve a contribuição de servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Os roçados e as práticas tradicionais

Com o isolamento, o modo de vida nos territórios foi modificado: as comunidades se voltaram ainda mais para o interior das aldeias e fortaleceram as práticas tradicionais. Se, por um lado, as cestas básicas e kits de higiene asseguram a vida e a saúde na aldeia, por outro os roçados tradicionais, a coleta de frutos e a pesca artesanal garantem a diversidade de alimentos e o sustento dos indígenas.

Ferramentas e combustível foram enviados para pelo menos setes povos indígenas para a preparação da roça tradicional, abertura de novas aldeias e limpeza dos castanheais. O roçado é uma prática tradicional dos povos e, neste momento, contribui para amenizar as consequências da pandemia e fortalecer a alimentação saudável nos territórios.

Outra prática que o Cimi Mato Grosso mobilizou, em parceria com a Associação Brasileira de Homeopatia Popular (ABHP), foi a produção e o envio de homeopatia para o fortalecimento da imunidade para pelo menos 27 povos indígenas. As 2.500 homeopatias chegaram aos povos de dez regiões do estado de forma segura e evitando aglomerações. As entregas foram feitas por meio da articulação realizada junto às equipes técnicas de saúde que atuam nestes povos.

Gilberto explica que “a Associação Brasileira de Homeopatia Popular também vem oferecendo assessoria para estas equipes e para missionários do Cimi sobre a utilização das homeopatias e outras Práticas Integrativas de Saúde”. O trabalho da ABHP é totalmente voluntário. A contribuição do Cimi tem sido na aquisição dos materiais e transporte para que as homeopatias cheguem às aldeias. ♦



Em Confresa, as cestas de alimentos mobilizadas pelo Cimi Regional Mato Grosso chegam ao povo Xerente

Os Donos da Terra

Uma História em Quadrinhos sobre os Tupinambá da Serra do Padeiro

Por **Thiago Domenici**, da Agência Pública

As sete histórias retratadas nesta HQ coloca uma lupa na Serra do Padeiro, no sul da Bahia, região que revela uma resistência indígena que extrapola o local, muito mais ampla, que não se deixa abater, mesmo diante de um governo anti-indígena.

“Desde que os Tupinambá da Serra do Padeiro e eu iniciamos nossa relação de pesquisa, há dez anos, temos experimentado diferentes linguagens para comunicar os dados e análises produzidos. Em 2016, o Vitor Flynn, que assina a arte do livro, publicou Xondaro, também pela Editora Elefante, debruçando-se sobre a mobilização dos Guarani Mbyá em São Paulo. A boa recepção do livro é um dos fatores que nos animou a produzir Os Donos da Terra. Com essas sete narrativas, procuramos navegar por aspectos da memória social, da territorialidade e da cosmologia tupinambá, reconstituindo lances da mobilização política recente e episódios mais recuados, contribuindo para a desconstrução da historiografia hegemônica e da memória oficial”, explica Daniela Alarcon, antropóloga e uma das autoras do livro junto com Vitor Flynn, quadrinista e ilustrador e Glicéria Jesus da Silva, mais conhecida como Glicéria Tupinambá, uma das lideranças da aldeia Serra do Padeiro.

Desde 2004, os Tupinambá vêm realizando ações diretas conhecidas como retomadas de terras, que se converteram na principal estratégia política do povo. O processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença foi iniciado há mais de 16 anos e, mesmo comprovada a tradicionalidade da ocupação indígena e cumpridos todos os requisitos, ele ainda não foi concluído, violando-se reiteradamente os prazos legais. “Sob o atual governo, as tensões e violações pioraram muito”, explica Daniela.

“Em janeiro de 2019, veio à tona um intrincado plano visando o assassinato do cacique Babau (Rosalvaldo Ferreira da Silva, irmão de Glicéria) e de outros parentes. Em outubro do mesmo ano, tornou-se público que o presidente da Embratur estava fazendo lobby para a construção de um resort pelo grupo



OS DONOS DA TERRA

ROTEIRO: Daniela Fernandes Alarcon

ARTE: Vitor Flynn Paciornik

PESQUISA: Daniela Fernandes Alarcon & Glicéria Jesus da Silva

EDIÇÃO: Tadeu Breda

PREPARAÇÃO: Natalia Ribas Guerrero

REVISÃO: João Peres

CAPA: Denise Matsumoto

PROJETO GRÁFICO: Bianca Oliveira

LANÇAMENTO: agosto de 2020

PÁGINAS: 172

português Vila Galé em plena terra indígena. São só dois exemplos, mas, desde a eleição de Bolsonaro, o quadro só se deteriorou”, diz a antropóloga.

Na prática, a pesquisa de Daniela que deu origem ao roteiro da HQ enfatiza que a luta dos Tupinambá da Serra do Padeiro também é muito bem-sucedida. “Em minha pesquisa de doutorado, concluída em fevereiro deste ano, fiz um levantamento fundiário que mostra que, antes das primeiras retomadas de terras, os Tupinambá da Serra do Padeiro detinham menos de 10% da área que conforma a aldeia. Hoje, 95 ações de retomada depois, tendo recuperado cerca de 5 mil hectares, eles estão em posse de pouco menos de três quartos da extensão da aldeia. Na pesquisa, pude etnografar como numerosos parentes que estavam na diáspora, em função do esbulho, puderam finalmente retornar”, conta.

Na ponta dessa luta, está a outra autora do livro, Glicéria Tupinambá, que por sua atuação na luta pela terra, em 2010, foi encarcerada, junto a seu bebê de colo, o que suscitou veementes críticas de entidades do Brasil e do exterior. Em 2019, pronunciou-se na 40a Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, denunciando as violações de direitos contra povos indígenas pelo Estado brasileiro. Glicéria é uma das lideranças da aldeia Serra do Padeiro e professora no Colégio Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro (CEITSP). Com Cristiane Julião, do povo Pankararu, dirigiu o documentário Voz das Mulheres Indígenas (2015), premiado pelo público do Festival Cine Kurumin em 2017. Ela enviou à Agência Pública o seguinte depoimento:

“Ser uma das autoras do livro, desenvolvendo a pesquisa junto à Daniela, significa realizar o sonho de minha mãe [Maria da Glória de Jesus]. Porque ela fala que as histórias da gente dariam um livro... Ela sempre falava que, se ela soubesse ler e escrever, ela escreveria nossas histórias. Nós somos uma família muito grande. E mainha sempre fez um esforço enorme para nós estudarmos, ela sempre lutou para que pudéssemos frequentar a escola”.

A briga do areal

A primeira HQ de Os donos da terra é a principal história do livro. Segundo Daniela, ela trata de um conflito em andamento, já que a exploração de areia “segue ocorrendo, violando os direitos tupinambá e piorando os impactos socioambientais”. Ao mesmo tempo, ela diz, “nos permitiu explorar dimensões históricas e cosmológicas da atuação política tupinambá, inserindo as ações recentes em uma temporalidade mais profunda”.

